



Periodicidade: Semanal	Temática: Construção/Imobiliário
Classe: Informação Geral	Dimensão: 1888 cm ²
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 131300	Página (s): 14

OPERAÇÃO MARQUÊS

Odebrecht, Grupo Lena e o TGV. Ligações perigosas

Ex-presidente da Odebrecht em Portugal revelou ao Ministério Público como **Joaquim Barroca, dono do Grupo Lena, combinou com ele pagamentos a Ribeiro dos Santos, ex-vice-presidente da REFER e ex-administrador da RAVE**, para terem informações sobre o TGV antes da abertura do concurso público

MICHAEL PEREIRA

Um administrador da Odebrecht no Brasil esteve em Portugal para explicar aos procuradores que investigam a 'Operação Marquês' em que circunstâncias é que aquele grupo de construção combinou com o Grupo Lena pagar a um ex-administrador da RAVE — Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., a empresa estatal criada pelo Governo para desenvolver os estudos prévios e preparar os concursos públicos do TGV. André Amaro foi presidente da Odebrecht em Portugal entre agosto de 2006 e julho de 2008, quando a empresa ainda se chamava Bento Pedroso, e é o atual responsável máximo pelo compliance do grupo brasileiro, coordenando os acordos de delação que já levaram a que quase 80 altos quadros da Odebrecht tenham feito denúncias voluntárias no âmbito dos inquéritos-crime do 'Lava-Jato', o maior escândalo de corrupção da história do Brasil.

Quando foi ouvido em Lisboa, André Amaro contou aos procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) que quando chegou a Portugal em 2006 a Bento Pedroso estava num impasse, depois de a Odebrecht ter recusado vender a empresa à construtora Mota-Engil, tendo sido entretanto contactado por Joaquim Barroca, um dos donos do Grupo Lena, que o desafiou a concorrer juntos a concursos de obras públicas. A Odebrecht considerava que não tinha dimensão para ir sozinha a jogo em grandes projetos e como deixou de trabalhar em consórcio com a sua parceira habitual nos anos 90 (a Mota-Engil), a proposta de Joaquim Barroca foi bem aceite. Foi assim que resolveram juntar-se para uma das maiores obras públicas da década: o TGV.

Em 2007, de acordo com Amaro, Joaquim Barroca sugeriu à Odebrecht que as duas empresas suportassem a meias o pagamento a um ex-alto quadro do Estado que os ajudasse a preparar a proposta de candidatura para o troço Póceirão-Caia, a primeira fase da linha ferroviária de alta velocidade a ser construída, com 170 quilómetros até à fronteira de Espanha, e cuja abertura de concurso público aconteceria em junho de 2008. Esse alto quadro era Ribeiro dos Santos, um engenheiro que tinha sido governador civil de Santarém e deputado do PSD e que entre 2004 e 2005 fora administrador da RAVE (e no futuro viria a ser vice-presidente da REFER). André Amaro aceitou pagar 3000 euros por mês pelos serviços prestados por Ribeiro dos Santos relacionados com o TGV e, segundo o que revelou ao MP, anuiu a que esses pagamentos fossem feitos através de uma empresa apresentada por Joaquim Barroca como uma subsidiária detida a 100% pelo Grupo Lena: a Lena Management & Investments — ou LMI. A LMI foi criada em março de 2007 e Ribeiro dos Santos tornou-se administrador e acionista da empresa, com 20% do capital



O TGV em Portugal nunca passou da fase de projeto, abandonado em 2016 FOTO JEAN-PAUL PELLISSIER/REUTERS

social, sendo o restante capital detido por Carlos Santos Silva (amigo do ex-primeiro-ministro José Sócrates que, tal como o antigo líder do PS, está indiciado na 'Operação Marquês' por corrupção) e pelos irmãos Joaquim e António Barroca (os dois com 60%). Nesse ano, o ex-deputado recebeu 84 mil euros como trabalhador dependente da empresa e mais 18 mil no ano seguinte, o equivalente a cerca de seis mil euros por mês durante 18 meses. Ribeiro dos Santos acumulou isso com vencimentos pagos pela Lena Engenharia e

Amaro contou que Barroca lhe sugeriu pagarem a Ribeiro dos Santos através de uma subsidiária do Grupo Lena

Construções SA (58 mil euros em 2008) e Lena Engenharia e Construções SGPS (108 mil euros em 2008 e 192 mil euros em 2009). Em 2010 seria nomeado presidente da Abranti-na, construtora adquirida pelo Grupo Lena, continuando a receber pela LMI, através de uma empresa 100% detida por ele, a Ideias Temporais, por serviços de consultoria: 100 mil euros em 2010 e 90 mil euros em 2011. André Amaro disse ter achado normal o recurso a um ex-administrador do Estado, porque

os concorrentes também os tinham, e queria garantir uma "vantagem competitiva" no concurso público do TGV — o que passava por ter conhecimento prévio sobre as preferências da RAVE, em pormenor.

"Informações qualificadas"

Um documento apreendido na LMI descreve os termos formais da avença cobrada à Odebrecht — que justificava os pagamentos da consultoria "com base na experiência adquirida no projeto de alta velocidade". E há também um e-mail trocado em junho de 2007 entre Ribeiro dos Santos e António Marcondes, um responsável direto do projeto do TGV dentro da Odebrecht, em que é referida uma estratégia para "obter informações qualificadas sobre os projetos". Amaro admitiu ao MP que se reuniu várias vezes com Ribeiro dos Santos para discutir o TGV, em que o ex-deputado do PSD lhe trazia informações e avaliava as propostas técnicas que iam sendo elaboradas pela Lena e pela Bento Pedroso.

Mais tarde, pouco antes da abertura do concurso público, a construtora Soares da Costa acabou por convidar a Odebrecht a integrar um consórcio com a Brisa. O Grupo Lena, que estava envolvido com os brasileiros desde a hora zero, também alinhou. O consórcio recebeu o nome de Elos e a Odebrecht e a Lena ficaram com uma partici-

pação individual de pouco mais de 13% no Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) liderado pela Soares da Costa e pela Brisa e em que estavam outras construtoras e o BCP e a CGD, como financiadores.

Em 2008 a LMI contratou uma empresa de Luís Marques, um arquiteto que trabalhava a tempo inteiro como diretor na RAVE, para serviços de consultoria. Luís Marques tinha sido convidado em 2004 por Ribeiro dos Santos para a empresa pública da rede de alta velocidade, onde ficou responsável por contratar os estudos prévios do TGV a consultores externos e por calcular um preço considerado razoável pelo Estado. André Amaro negou ter qualquer conhecimento sobre esse diretor da RAVE ou sobre a sua contratação pela LMI. O próprio Luís Marques, quando foi ouvido pelos procuradores, admitiu ter trabalhado para a LMI mas não no projeto do TGV.

Como o Expresso já tinha revelado há duas semanas, entre 2008 e 2009 a Projae, empresa de Luís Marques, recebeu cerca de 90 mil euros da LMI, até outubro de 2009, justificados por serviços de consultoria técnica relacionados com uma fábrica na República Checa e uma urbanização na Venezuela. Mas a ligação financeira estabelecida a partir daí entre o diretor da RAVE e Ribeiro dos Santos levou a equipa do MP liderada pelo procurador Rosário Teixeira

ra a duvidar dos motivos formais desses pagamentos. Estavam reunidos os indícios suficientes para constituir ambos como arguidos por corrupção no inquérito-crime que tem como protagonista José Sócrates, por suspeitas de Luís Marques ter passado informação interna da RAVE a Ribeiro dos Santos, para benefício do Grupo Lena e da Bento Pedroso. Em 2008 e 2009 a Projae pagou a Ribeiro dos Santos 17,500 euros em seu nome pessoal e meio milhão de euros à sua empresa Ideias Temporais.

Segundo a Odebrecht, havia reuniões regulares com o antigo administrador da RAVE sobre o TGV

Através do escritório de advogados que os representam, a PLMJ, Ribeiro dos Santos e Luís Marques negaram conhecer a existência de qualquer acordo entre o Grupo Lena e a Odebrecht sobre o TGV. O antigo deputado disse ainda que "só recebeu da LMI a sua remuneração enquanto administrador desta empresa", tendo sido pago também pelo facto de exercer funções de administrador na Lena Engenharia e Construções, SGPS, "não podendo agora precisar que empresa do Grupo

DATAS-CHAVES

Dezembro de 2003

Ribeiro dos Santos deixa o lugar de deputado do PSD e é nomeado administrador da RAVE-Rede de Alta Velocidade, SA, cargo que ocupa durante dois anos. Durante esse período convidado para diretor Luís Marques, que trabalhava na Transgás Atlântico, em Sines

Março de 2007

É criada a LMI-Lena Management & Investments, controlada pelos irmãos Barroca Rodrigues, donos do Grupo Lena, e tendo como sócios minoritários e administradores Carlos Santos Silva (amigo de José Sócrates) e Ribeiro dos Santos

Junho de 2008

É aberto pelo Governo o concurso público para a construção do troço da rede ferroviária de alta velocidade entre Póceirão e Caia

Dezembro de 2009

O consórcio Elos, que integra o Grupo Lena e a Odebrecht, ganha o concurso público, de €1350 milhões. É uma Parceria Público-Privada (PPP) para uma concessão de 40 anos

Junho de 2016

O Estado é condenado a pagar €149 milhões de indemnização ao consórcio, depois de ter cancelado o projeto do TGV

Lena emitia os pagamentos dos seus salários". Por seu turno, Luís Marques classificou como "inteiramente falso" que a sua empresa Projae tenha sido contratada pela LMI por causa da rede de alta velocidade. "Não foi transmitida nenhuma informação relacionada com o projeto de TGV — confidencial, reservada ou privilegiada — pela Projae à LMI", sublinhou, através de uma resposta enviada pelo advogado Pedro Melo, acrescentando que não tinha regime de exclusividade na RAVE e que Ribeiro dos Santos colaborou com ele em projetos internacionais, "enquanto profissional liberal".

Também Joaquim Paulo da Conceição, presidente executivo do Grupo Lena desde o final de 2010, disse ao Expresso não ter conhecimento de qualquer acordo prévio com a Odebrecht ou do pagamento de uma avença e argumentou que a LMI não faz parte do grupo porque não é participada pela holding Lena SGPS nem consolida nas suas contas. Adiantou ainda que não conhece Luís Marques. "No entanto, consideramos impossível à LMI ou outra entidade qualquer, condicionar decisões num concurso público complexo, com dezenas de entidades e centenas de pessoas envolvidas. Só alguém muito desconhecido do respetivo concurso acreditaria que o mesmo se decidiria com a intervenção de uma só pessoa, fosse ela quem fosse."

mperreira@expresso.imprensa.pt